



Governo do Estado de São Paulo
Controladoria Geral do Estado
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público

DESPACHO

Nº do Processo: 009.00001061/2023-45

Assunto: Protocolo SIC.SP nº [REDACTED]

SECRETARIA: Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística

UNIDADE: Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

ASSUNTO: Pedido de informação formulado por [REDACTED]

EMENTA: Pedido de acesso aos resultados das campanhas de monitoramento de qualidade da água, dos corpos receptores dos efluentes das estações de tratamento de esgoto na Baixada Santista nos últimos 15 anos. Inovação. Não conhecimento.

DECISÃO CGE-CODUSP/LAI Nº 00214/2023

1. Trata o presente expediente de pedido formulado à Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP, conforme consta do protocolo SIC e ementa em epígrafe.
2. Em resposta o órgão informou que se tratava de pedido desarrazoado e desproporcional que exige trabalhos adicionais de análise e consolidação de dados e informações. Em recurso o órgão encaminhou os arquivos contendo os resultados do monitoramento das Estações de Tratamento de Esgoto da Baixada Santista que foram entregues à Agência Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB). Insatisfeita, a cidadã interpôs o presente apelo cabível a esta Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário do Serviço Público da Controladoria Geral do Estado, nos termos dos incisos II e VII, do artigo 27, do Decreto nº 66.850, de 15 de junho de 2022, solicitando *“os RELATÓRIOS PROTOCOLADOS DA CETESB, contendo todos os dados do monitoramento, inclusive os laudos de análises laboratoriais, assinados pelos responsáveis.”*
3. Em análise do caso concreto, verifica-se que a solicitante inovou em grau recursal realizando um novo pedido ao órgão.
4. Desta forma, o presente recurso não encontra respaldo na legislação vigente para ser conhecido, carecendo, portanto, de motivação e o pressuposto recursal da negativa de acesso, conforme previsto no artigo 20, caput, do Decreto nº 58.052, de 16 de maio de 2012.
5. Considerando que o recurso não almeja reforma da resposta ofertada pelo ente, **não conheço do recurso**, ausentes quaisquer das hipóteses recursais previstas no artigo 20 do Decreto nº 58.052/2012, com redação dada pelo Decreto nº 61.175/2015, alterado pelo Decreto 66.850/2022.
6. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, para ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 10 (dez) dias, arquivem-se os autos.

São Paulo, 27 de junho de 2023.

Valmir Gomes Dias

Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário do Serviço Público - Coordenador



Documento assinado eletronicamente por **Valmir Gomes Dias, Coordenador de Ouvidoria de Defesa do Usuário do Serviço Público**, em 27/06/2023, às 09:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site